

Reordenação do status da cachaça de alambique: uma abordagem sob a ótica do trabalho institucional

Daniel Calbino, Mozar José de Brito e Valéria da Glória Pereira Brito

RESUMO

O presente artigo se propôs a investigar como ocorreram as práticas institucionais que reordenaram o status da cachaça artesanal de alambique no Estado de Minas Gerais, Brasil. Por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, recorreu-se a dados de quatro décadas (1982-2020) no ramo da cachaça mineira. Neste estudo de caso, as informações foram coletadas por meio de pesquisas documentais e entrevistas que foram particularizadas pela análise temática. A partir da articulação de um grupo heterogêneo de atores foi possível registrar como a dinâmica do status foi mudando ao longo do tempo. As práticas exercidas requereram dos atores não apenas esforços pessoais nas rotinas do campo, mas o envolvimento em ações mais amplas, como as mudanças nos níveis político, técnico e cultural. Evidenciou-se que o trabalho institucional realizado por atores do ramo da cachaça modificou o status da bebida por meio do deslocamento de uma posição de baixo prestígio social para se tornar uma referência na qualidade do destilado tanto nacional como internacional. Em conclusão, o estudo proveu um suporte teórico que auxilia na explicação de como as mudanças de status podem ocorrer nas dinâmicas de mercados, além de fornecer elementos que evidenciam a reordenação do status em nível macro organizacional.

Palavras-chave: cachaça de alambique; status; mudança de categoria; pesquisa qualitativa.

Reordering the status of alembic cachaça: an approach from the perspective of institutional work theory

ABSTRACT

This article aims to investigate how the institutional practices that reordered the status of the still cachaça in the state of Minas Gerais, Brazil, occurred. Through a qualitative research, data from four decades (1982-2020) of institutional work in the cachaça Minas Gerais branch were used. The information was collected through documentary research and interviews that were treated by thematic analysis. From the articulation of a heterogeneous group of actors, it was possible to register how the dynamics of the status changed over time. The practices required from the actors not only personal efforts in the routines of the field, but the involvement in broader actions, such as changes in the political, technical, and cultural levels. It became evident that the institutional work carried out by actors in the cachaça branch changed the status of the drink, by shifting from a position of low social prestige to become a reference in the quality of the distillate both nationally and internationally. In conclusion, the study provided theoretical support that helped to explain how status' changes can occur in market dynamics, as well as providing elements that evidence the reorganization of status at the macro-organizational level.

Keywords: alembic cachaça; status; category change; qualitative research.

Recebido em: 30/08/2020

Revisado em: 02/02/2021

Aprovado em: 13/04/2021



Daniel Calbino 

Universidade Federal de São João Del Rei, Brasil

Doutor em Administração,
Universidade Federal de Minas Gerais,
Brasil

dcalbino@ufsj.edu.br

Mozar José de Brito 

Universidade Federal de Lavras, Brasil

Doutor em Administração,
Universidade de São Paulo, Brasil

mozarbrito@gmail.com

Valéria da Glória Pereira Brito 

Universidade Federal de Lavras, Brasil
Doutora em Administração,
Universidade Federal de Minas Gerais,
Brasil

vgpbrito@gmail.com

Introdução

Por séculos, o estudo do status tem sido um dos objetos de investigação das Ciências Sociais com uma agenda de pesquisa consolidada sob a ótica sociológica (Ollivier, 2009; Jensen, Kim, & Kim, 2011; Salata, 2016). Na área de Administração, o status ganhou força ao constatar que a análise da sua dinâmica poderia explicar os impactos causados nas organizações. A partir da introdução do status de mercado elaborada por Podolny (1993), mais de 160 artigos foram publicados nos principais periódicos internacionais (Piazza & Castellucci, 2014).

Ainda que o campo registre significativas contribuições para o estudo das organizações, uma das lacunas teóricas trata-se das explicações de como o status emerge e se institucionaliza em grandes campos institucionais (Saxton & Saxton, 2011; Delmestri & Greenwood, 2016). No caso da literatura nacional, a carência parece mais acentuada. Além do reduzido número de pesquisas sobre o status, o cenário é marcado por investigações que colocam o objeto mais para o nível micro organizacional (Gondim, Estramiana, Gallo, Vasconcellos, & Bonfim, 2009; Vilela, 2011; Rocha, 2017; Maciel & Chaves, 2017) do que para as análises que compreendam as dinâmicas de mercados (Rossoni & Garrido Filho, 2015).

Nesse sentido, as mudanças registradas no setor da cachaça mineira podem trazer elementos relevantes para a temática. Vista tradicionalmente pela baixa qualidade até o começo de 1980, a cachaça de alambique tinha o foco em atender as classes C e D, representando um baixo valor agregado entre os destilados (Silva, 2009; Paiva, 2017; Souza, 2018). Após um conjunto de esforços institucionais realizados por uma rede de atores mineiros, a bebida modificou de qualidade, elevando-se a um patamar de alto prestígio social. Além de migrar para diferentes estados da federação, este movimento serviu de referência para a realização do trabalho de valorização e mudança de status da cachaça de alambique.

Atualmente, dentre as bebidas destiladas, a cachaça é a mais consumida no Brasil, representando 87% do mercado nacional e uma das três na liderança mundial. Com a venda de 520,9 milhões de litros e a movimentação 7,5 bilhões de reais por ano, o setor emprega 600 mil trabalhadores e possui uma previsão de crescimento de 5,1% até o ano de 2022 (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE], 2019). Em Minas Gerais, além de ser o maior produtor de cachaça de alambique do país, 200 milhões de litros por ano (50% da produção nacional neste segmento), lidera o número de marcas, 1.400 registros em um total de 3.648 no Brasil (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento [MAPA], 2019).

No bojo desse cenário, a questão central que orienta o estudo visa compreender como se deu a reordenação do status da cachaça realizada em Minas Gerais, ao longo de quatro décadas¹. Do ponto de vista teórico,

1 O trabalho institucional, que provocou diversas transformações sobre o campo da cachaça em Minas Gerais, tem sido objeto de investigação do Núcleo de Estudos de Gestão como Prática vinculado à UFLA e ao CNPq. As experiências de pesquisa desenvolvidas por este grupo deram origem a este estudo que busca compreender como a reordenação do status da cachaça de alambique foi criada de forma pioneira ao longo de quatro décadas.

propõe-se analisar a experiência a partir da ótica do trabalho institucional. Formulada por Lawrence e Suddaby (2006), Zietsma e Lawrence (2010), Lawrence, Suddaby e Leca (2009; 2011), Lawrence, Leca e Zilber (2013), a abordagem do Trabalho Institucional consiste no esforço em promover a criação, manutenção e interrupção de instituições.

A escolha da teoria permite a compreensão dos fenômenos relacionados ao trabalho institucional com foco nas práticas empregadas pelos atores do campo. É importante sublinhar que as pesquisas teórico-empíricas de trabalho institucional estão predominantemente concentradas na América do Norte e na Europa (Hampel, Lawrence, & Tracey, 2017; Delphine, 2017; Castro & Ansari, 2017; Hamann, & Bertels, 2018; Wouter, Kristy, & Koen, 2019; Zvolska, Palgan, & Mont, 2019; Zara & Delacour, 2020), ainda com poucos estudos desenvolvidos no Brasil (Jacometti, Gonçalves, & Castro, 2014; Coraiola, Jacometti, Baratter, & Gonçalves, 2015; Zarpelon, Bittencourt, Faccin, & Balestrin, 2019; Lima, Balestrin, Faccin, & Marconatto, 2019; Amarante & Crubellate, 2020).

Em relação ao trabalho institucional e a mudança de status, não foram encontradas na literatura trabalhos que abordem a relação entre as duas teorias. Entretanto, a reordenação de status (verticais e/ou horizontais) tem o potencial de ser analisada pelo trabalho institucional, uma vez que o status se trata de uma instituição (definida por elementos culturais que justificam uma hierarquia pautada na qualidade e prestígio), e reordenada a partir de um conjunto de trabalho de atores e recursos disponíveis.

Ao investigar como se deu o movimento de alteração de status no setor da cachaça mineira, espera-se fornecer elementos que evidenciam a reordenação do status em contextos macro organizacionais, bem como um suporte teórico que auxilie na explicação das suas mudanças. Assim, o próximo tópico deste artigo debate os conceitos de status, categorização de mercado e trabalho institucional. Posteriormente, os dados produzidos serão analisados a partir da análise temática, buscando-se compreender a reordenação do status da cachaça realizada em Minas Gerais. Por fim, são apresentadas as principais conclusões do artigo.

Fundamentação teórica

Status e categorização de mercados

O **status**, em uma perspectiva sociológica, é um conceito ligado ao ordenamento das unidades de avaliação dentro de um sistema com posições sociais legitimadas (Weber, 1978; Ollivier, 2009; Salata, 2016).

Um dos autores clássicos, Max Weber (1978), estabelece a separação entre classe e status como central para compreender o fenômeno. Ainda que as duas dimensões se influenciem mutuamente, a estratificação por classes é a distribuição de poder econômico que categoriza os indivíduos de acordo com os recursos que possuem. Já o status trata-se de uma estratificação social baseada na distribuição de prestígio e/ou honra, atribuídos em função de características que expressam às avaliações coletivas e as distâncias sociais (Weber, 1978; Ollivier, 2009; Salata, 2016).

Sob essa influência, no campo da Administração o conceito tradicionalmente é tratado pela qualidade percebida que um indivíduo, objeto ou organização apresenta no mercado e se legitima entre posições hierárquicas² (Podolny, 1993; Jensen *et al.*, 2011; Rossoni & Guarido Filho, 2015; Maciel & Chaves, 2017).

A variação do status ocorre dos diferentes atributos e realizações reivindicadas enquanto privilégios que criam e mantém hierarquias (Piazza & Castellucci, 2014; Delmestri & Greenwood, 2016). O esboço dessas variações, também definido por categorização, representa as fronteiras cognitivas, a partir do consenso de significados de características em comum entre classes familiares (Durand & Paoletta, 2013).

A posição de status dentro de um sistema social pode variar horizontalmente – em diferentes categorias baseadas em distintas propriedades e atributos, e verticalmente – dentro de diferentes categorias baseadas no compartilhamento de posições de uma categoria horizontal particular (Jensen *et al.*, 2011). Por exemplo, a bebida cachaça é comparada e ranqueada dentro do mesmo setor (vertical) de cachaças (alta, média e baixa qualidade), bem como da relação com outras categorias (horizontal) de destilados (vodca, uísque, conhaque, gim).

Quanto à literatura que estuda o status na Administração, duas revisões integrativas de Jensen *et al.* (2011), Piazza e Castellucci (2014) dividem em estudos que tratam: (i) do papel que o status representa dentro da dinâmica analisada; (ii) e dos níveis de análise na qual os estudos são desenvolvidos.

Na primeira tipificação, os estudos são marcados por investigações que compreendem as vantagens (Podolny, 1993; Gould, Liu, & Yu, 2016; Wang & Jensen, 2018) e desvantagens (Durand, Rao, & Monin, 2007; Byrne & Barling, 2017) em se ocupar elevadas posições em uma extensão vertical dentro de determinadas categorias.

As atenções estão focadas na mobilidade em espaço de mercados, enfatizando como posições verticais produzem oportunidades de mobilidade para alavancar o status de uma categoria para outra (Skvoretz & Fararo, 2016; Powell, Takahashi, & Roehl, 2017). Ressaltam-se ainda os estudos que se destinam às múltiplas posições no mercado, ilustrando como as fronteiras entre categorias afetam a mobilidade organizacional e como novas posições verticais emergem (Hsu, Koçak, & Hannan, 2009; Kim & Jensen, 2009; Brankovic, 2018).

Na segunda tipificação, os estudos são ordenados por níveis de análise. Enquanto o nível micro relaciona-se ao estudo do comportamento, ascensão e avaliação de status, o meso associa as dimensões dos indivíduos e dos ambientes organizacionais. Já o nível macro, no qual constam os mercados, é respaldado pelas lentes sociológicas, uma vez que as teorias econômicas não explicam a diversidade dos fenômenos que ocorrem no campo (Piazza & Castellucci, 2014).

2 Neste trabalho optou-se pelo conceito de status em detrimento ao de reputação, uma vez que este não é orientado em favor da estratificação a partir da segregação de organizações que representam grupos sociais diferenciados e concorrentes entre si. O status remete ao censo de afiliação ou pertencimento a uma categoria ou posição social particular (Rossoni & Filho, 2015), o que mais se aproxima do mercado da cachaça analisado neste estudo.

Na literatura, e em especial a nacional, registra-se que as pesquisas se concentram majoritariamente no nível micro, como na percepção de estudantes sobre o status no trabalho (Gondim *et al.*, 2009), nos imigrantes sírios e libaneses no mercado (Vilela, 2011), e o estudo do status das mulheres negras na categoria de pessoas ricas no Brasil (Rocha, 2017).

No nível meso, enquanto a literatura nacional aponta apenas o estudo de Maciel e Chaves (2017) sobre o status entre funcionários de uma organização de tecnologia, a abordagem internacional apresenta diversas publicações. Destacam-se os estudos de Bothner, Kim e Smith (2012) entre atletas de prestígio e o desempenho em torneios profissionais, Dwertmann e Boehm (2015) nos efeitos dos status entre supervisores e funcionários de 54 unidades de trabalho, e de Durand e Kremp (2016) sobre as influências do status no alinhamento ou conformidade das maiores orquestras americanas.

Na esfera macroestrutural, o único trabalho nacional é de Rossoni e Garrido Filho (2015) que exploraram a reputação de empresas no mercado de capitais. Em contrapartida, a abordagem internacional traz os estudos de Podolny (1993) nos bancos de investimentos, a investigação de Delmestri e Greenwood (2016) na mudança de status no mercado da grapa italiana, e Sasaki, Ravasi e Micellota (2019) em empresas centenárias japonesas de alto status.

Ainda que o campo registre significativas contribuições para o estudo do status nas organizações, a compreensão de como as dinâmicas ocorrem (Piazza & Castellucci, 2014) e a elaboração de teorias que ilustrem os motivos das suas mudanças ainda têm sido pouco exploradas (Saxton & Saxton, 2011; Delmestri & Greenwood, 2016). No intuito de lidar com essa carência, a teoria do trabalho institucional pode servir como uma referência, principalmente por trazer uma bagagem sociológica que contribui para o tratamento do status a partir das ações dos atores em campos organizacionais complexos.

O Trabalho Institucional e a reordenação de status

O trabalho institucional emerge de uma vertente da teoria institucional, conhecida por considerar as relações entre organizações e campos em que operam, destacando o papel das estruturas formais e racionais ao permitir ou restringir o comportamento tradicional (DiMaggio & Powell, 1983; Lawrence & Suddaby, 2006).

Do ponto de vista histórico, enquanto a perspectiva neoclássica oriunda na década de 1970, focava na compreensão dos processos pelos quais as instituições governavam as organizações (Scott, 2008). Sendo assim, o empreendedorismo institucional, do início de 1990, inverteu a abordagem na tentativa de compreender o papel dos atores em transformar as organizações (Hoffman, 1999).

Apesar da relevância das duas vertentes, em especial do empreendedorismo em ilustrar um conjunto de práticas que explicam as estratégias dos indivíduos em moldar as organizações, essa abordagem centrava basicamente na figura dos indivíduos como voluntários, explorando pouco a complexidade das influências das estruturas nas ações dos atores (Lawrence *et al.*, 2009; 2011).

No bojo da tensão entre agência e estrutura, uma síntese realizada por Lawrence e Suddaby (2006), Lawrence *et al.* (2009; 2011; 2013) e Zietsma e Lawrence (2010) sobre as pesquisas empíricas publicadas nos principais periódicos internacionais entre 1990 e 2005, criou, nas bases ontológicas da sociologia da prática, as referências para o trabalho institucional. Do ponto de vista etimológico, os autores fazem distinções sobre a perspectiva conceitual de “Trabalho”, “Instituição” e “Práticas” para ilustrar a teoria.

Por instituição, entende-se por elementos regulativos, normativos e cognitivos aqueles que promovem estabilidade e significado para a vida social (Scott, 2008), enquanto o trabalho envolve as práticas em realizar a construção social de regras, scripts e esquemas culturais (Lawrence *et al.*, 2009; 2011). A prática refere-se aos atos concretos de trabalho institucional, materialmente mediados por ação humana e organizados em torno de instituições e intenções em moldar as instituições. Ainda que não se possa desvincular da ação como uma prática, entretanto, recorrem à concepção de Schatzki, Cetina e Savigny (2001) que delimita a ação como tudo aquilo que as pessoas realizam corporalmente no seu cotidiano, enquanto a prática representa um envolvimento temporário de ações coordenadas que se expressam em determinadas finalidades.

Sob essa ótica, o trabalho institucional é definido pelos esforços capazes de influenciar os campos organizacionais, o que demonstra como os atores desenvolvem um conjunto de práticas na qual se criam, mantêm ou rompem as instituições. A criação de instituições relaciona-se com a construção de regras, limites, crenças e alterações de sentidos. A perpetuação está ligada com a reparação de mecanismos que garantam a legitimidade de instituições existentes. Por fim, a interrupção de instituições envolve a dissociação de práticas, costumes, regras e crenças sob as quais as instituições se ancoram, visando uma mudança organizacional (Lawrence & Suddaby, 2006).

No que se refere à criação de instituições, objeto deste artigo, assume-se que a emergência de uma instituição é o resultado das ações que envolvem um número significativo de atores e recursos disponíveis sobre as estruturas sociais (Lawrence & Suddaby, 2006; Lawrence *et al.*, 2013). Logo, o trabalho institucional fornece elementos que podem explicar o seu surgimento nas regras, crenças e alterações de sentidos de um campo institucional (Lawrence & Suddaby, 2006; Lawrence *et al.*, 2009). Quanto às tipificações de práticas, a literatura oferece diferentes formatos³, com destaque para o trabalho institucional político, técnico e cultural (Zietsma & Lawrence, 2010).

O trabalho institucional político visa influenciar o desenvolvimento de regras, direitos de propriedade e fronteiras que regulam as instituições. Inclui, assim, a defesa de práticas na persuasão direta, a atribuição de papéis e direitos entre os atores envolvidos, definindo limites entre quem

3 O trabalho de Jacometti (2013) estabelece uma tipologia similar, porém define estas práticas a partir de pilares institucionais regulativos, normativos e cognitivos. Fundamentada nas ações sociais em Scott (2008), o regulativo cumpre a função de estabelecer regras, fiscalizar e manipular sanções na influência do comportamento futuro. As ações normativas envolvem uma lógica orientada na base moral como mecanismo institucional que define os meios legítimos para os objetivos almejados. Já o pilar cognitivo se fundamenta em conhecimentos culturalmente aceitos que conferem legitimidades para definir situações.

está dentro e quem está fora do sistema social (Zietsma & Lawrence, 2010; Lima *et al.*, 2019).

As práticas políticas mais comuns são a advocacia, categoria e contratação. Enquanto a advocacia é um importante componente do interesse de atores e organizações para alocar recursos materiais, a categoria define os limites para a elaboração de hierarquias dentro de um determinado campo e a contratação garante por meio do aparato legal, por meio das legislações e normas que darão a legitimidade⁴ para os atores (Lawrence & Suddaby, 2006).

Em relação às respectivas formas de trabalho institucional com a possível reordenação de status, sublinhamos o potencial dessas práticas em gerar condições para delimitar o status em um determinado campo organizacional, uma vez que o trabalho da advocacia permite angariar recursos que possam conferir privilégios à categoria em construir as fronteiras que irão definir o status e a identidade aos membros, além da contratação na legitimação das suas práticas no respaldo do aspecto legal.

A segunda forma de trabalho institucional, o técnico, confere à instituição maior rigor, de modo que seja mais efetiva a transposição entre atores inseridos em espaços sociais de um campo para outro (Zietsma & Lawrence, 2010). Dentre as suas principais práticas destacam-se: construir identidades, mudar normas e elaborar redes normativas, cuja ênfase nas ações configura o sistema de crenças de um determinado campo. Enquanto a construção de identidades representa uma forma de trabalho que visa reivindicar ideais e valores, as mudanças normativas refazem as conexões entre as práticas e fundamentos morais e as redes normativas legitimam as práticas em padrões de conformidade, monitoramento e avaliação (Lawrence & Suddaby, 2006).

As respectivas dimensões possibilitam interligar o trabalho institucional da reordenação de status a partir da aproximação do recém-institucionalizado status com a hierarquia reivindicada. Ao convocar os ideais de prestígio e qualidade de um determinado campo em que se almeja (construir identidade), modificam-se as práticas em prol do ideal (mudar normas), bem como normaliza-se as mudanças a partir de redes de atores que operam o campo (redes normativas).

A terceira dimensão do trabalho institucional, o cultural, envolve a apresentação de uma instituição para atender a um público mais amplo e construir redes com outras organizações para prover a prática de sanção normativa (Zietsma & Lawrence, 2010). As práticas mediadas pela imitação, teorização e educação envolvem ações designadas para alterar categorizações abstratas nas quais as fronteiras de significados são modificadas no campo. A imitação potencializa a aceitação de novas

4 As concepções de legitimidade e status são abordadas na literatura e, muitas vezes, de forma diversa, ambígua e com sobreposições. A semelhança entre essas literaturas ocorre por compartilharem de antecedentes, desdobramentos, medidas e/ou processos. Em um esforço de estabelecer fronteiras entre esses conceitos, Deephouse e Suchman (2008) propõem que enquanto o status é fundamentalmente ordinal e categórico, a legitimidade é não rival e fundamentalmente homogênea, pois estabelece uma relação ganha-ganha, movida pela conformidade e afirmação mútua entre os atores. Por isso, o status reflete as posições hierárquicas dos grupos sociais, o que permite distinguir empiricamente a mobilidade entre os grupos.

práticas na associação simbólica com as aceitas, enquanto a teorização possibilita que os atores articulem relações causais entre as abstrações e os elementos institucionais criados. Já a educação cumpre um trabalho cognitivo de desenvolver e conectar as práticas com a instituição (Lawrence & Suddaby, 2006).

Essas três formas têm o potencial de fornecer elementos para estender o status institucionalizado no mercado, seja reproduzindo os padrões de qualidade consolidados no mercado (imitação), criando termos que associam ao novo status (teorização), ou oferecendo capacitação para que o público possa distinguir e legitimar o status na categoria reordenada (educação). Nesse sentido, no intuito de responder à pergunta da pesquisa, assumiremos as respectivas formas de trabalho apresentadas, de forma a dar suporte teórico à compreensão ao reordenamento de status (vide Quadro 1).

Quadro 1 – Proposta teórica para a análise da reordenação de status

Trabalho Institucional	Práticas Adotadas	Descrição das atividades	Indicadores (aplicado ao nosso caso)	Criação ou reordenação de status (aplicado ao nosso caso)
Político	Advocacia	Mobilização política através do uso de técnicas deliberadas de persuasão social.	<ul style="list-style-type: none"> – promover agendas – lobby por recursos – Recorrer ao estado para realocar direitos 	Gera as condições políticas, materiais, e legais que delimitam as fronteiras e legitimam o status em mercados.
	Categorias	Construção de regras que estabelecem fronteiras de adesão entre os membros	<ul style="list-style-type: none"> – definir regras – padronizar práticas -certificar os produtos 	
	Contratação	Criação de estruturas que conferem propriedade de direitos	<ul style="list-style-type: none"> – Estabelecer contratos – Criar legislações e normas 	
Técnico	Construção de Identidades	Definição das relações entre atores e o campo no qual operam	– Estabelecer os aspectos culturais e simbólicos almejados	Possibilita as condições normativas que aproxima o <i>status</i> institucionalizado da hierarquia reivindicada.
	Mudança de associações normativas	Reformulação das associações normativas entre os conjuntos de práticas e aspectos morais das práticas	<ul style="list-style-type: none"> – Aproximar de práticas que reforçam os valores morais. – Distanciar de antigas morais que conflitam com o almejado 	
	Construção de redes normativas	Construção de relações nas quais as práticas se tornam sancionadas normativamente	– Sancionar as normas a partir da conformidade, monitoramento e avaliação.	
Cultural	Imitação	Justaposição de novos e velhos modelos para tornar as novas práticas compreensíveis	– Assemelhar elementos de design e culturais que conectam as práticas correntes	Fornece os elementos para estender o status institucionalizado no mercado.
	Teorização	Desenvolvimento de conceitos para o mapa cognitivo	– Criar etimologias que associam a nova instituição	
	Educação	Formação de atores em conhecimentos para suportar uma nova instituição.	– Realizar cursos e treinamentos para engajar novas práticas	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Lawrence e Sudabby (2006), Zietsma e Lawrence (2010)

No que se refere às publicações que tratam do tema, Lawrence, Leca e Zilber (2013) ilustram que a abordagem destinada às formas de criação de instituições continua focada no empreendedorismo institucional, uma vez que a análise sob a ótica do trabalho institucional se situa de forma periférica. Em uma revisão integrativa mais recente, na primeira década (2006-2016) de pesquisas, Hampel, Lawrence e Tracey (2017) observaram que apesar do aumento de investigações que exploram a criação de instituições, as quais se concentram em nível micro e meso das organizações, pouco se explora as dimensões que perpassam atores de diversos contextos sociais.

As tendências que foram registradas nos últimos anos em publicações internacionais, nas quais os estudos de criação institucional se encontraram, tem-se apenas em: Liu, Zhang e Jing (2016) sobre as fundações de caridade na China; Delphine (2017) no ambiente inovador de gestão da contabilidade francesa; Castro e Ansari (2017) no combate a corrupção no Brasil; Hamann e Bertels (2018) na desigualdade das relações trabalhistas de mineradores na África do Sul; Zvolska, Palgan e Mont (2019) no setor das economias compartilhadas; Wouter, Kristy e Koen (2019) no mercado do Airbnb; e Zara e Delacour (2020) na transição política da Sérvia entre 2000-2008.

■ Procedimentos metodológicos

No intuito de investigar o trabalho institucional que reordenou o status da cachaça em Minas Gerais, adotou-se um estudo qualitativo de um caso intrínseco, em vista da descrição detalhada do caso para possibilitar reflexões a partir das conexões que são feitas com o conhecimento prévio (Stake, 2008). A respectiva descrição pode auxiliar no avanço desse tipo de estudo, contribuindo com a elaboração de teorias pela observação empírica de um caso relevante (Geertz, 1973).

O processo de coleta de dados seguiu dois percursos: a pesquisa documental e entrevistas em profundidade. A investigação documental mantém coerência com a própria abordagem institucional, uma vez que recorre à historicidade para a compreensão de eventos nas organizações (Sá-Silva, Almeida, & Guidani, 2009). Foram revisados documentos que trataram das práticas e conseqüente percepção da cachaça mineira no período de 1982 a 2020. Para o presente artigo, selecionamos 11 fragmentos de matérias de jornais e revistas, 2 excertos em livros técnicos e 4 elementos de legislações estadual e federal (Tabela 1).

Quanto às entrevistas qualitativas em profundidade, foi escolhida em vista do seu potencial em explorar temas, descrever processos e compreender elementos passados na interpretação dos sujeitos envolvidos (Duarte & Barros, 2006). As entrevistas, realizada entre 2016 e 2020, contemplaram atores que atuaram e/ou presenciaram as mudanças no campo da cachaça mineira. Foram selecionados: 1 técnico do Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais, 4 membros da Diretoria da Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade [AMPAQ], 2 pesquisadores das universidades federais e 3 produtores regionais de cachaça. No total, foram analisadas 70 páginas de documentos e 10 horas de gravação que foram em seguida transcritas para o software Word 10.

Quadro 2 – Relação de entrevistados e pesquisa documental

Fonte de dados	Atores e instituições	Excertos da pesquisa
Entrevistado 1	Técnico do INDI-MG	3, 6, 8, 20
Entrevistado 2	Pesquisador da Universidade Federal de Ouro Preto	2, 15
Entrevistado 3	Diretor da AMPAQ	1
Entrevistado 4	Diretor da AMPAQ	4
Entrevistado 5	Diretor da AMPAQ	5
Entrevistado 6	Pesquisadora da Universidade Federal de Lavras	13, 18, 24
Entrevistado 7	Produtor de cachaça	10, 17
Entrevistado 8	Produtor de cachaça	7, 29
Entrevistado 9	Produtor de cachaça	14
Entrevistado 10	Diretor da AMPAQ	23
Entrevistado 11	Produtor de cachaça	16
Pesquisa em livros	Livro técnico do SEBRAE	9
Matérias na Mídia	Plataformas online de jornais e revistas	11,12, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 31.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o tratamento dos dados recorreu-se às quatro etapas do método de análise de temática proposto por Braun e Clarke (2006), que visa entender os significados transmitidos pelas mensagens implícitas nas narrativas. Na primeira etapa foi realizada a leitura do banco de dados pelos métodos documentais e de entrevistas, de modo a entender o ambiente da pesquisa e reunir descrições do contexto institucional ao longo dos anos de 1980 a 2020.

Na etapa dois buscou-se compreender os condicionantes que levaram a percepção de baixo status da cachaça mineira até a década de 1980. Os resultados revelaram elementos históricos, culturais e simbólicos herdados, os quais foram ilustrados nos excertos 1 a 5 da pesquisa.

Na etapa três, os estudos do Trabalho Institucional de Lawrence e Suddaby (2006), Zietsma e Lawrence (2010), Lawrence, Suddaby e Leca (2009; 2011), Lawrence, Leca e Zilber (2013) guiaram as categorias referentes aos processos de mudança de status. Buscaram-se as incidências de respostas às demandas, resultando em um conjunto de práticas institucionais reunidos no trabalho político, técnico e cultural (Tabela 1). As suas respectivas práticas foram apresentadas nos fragmentos 6 a 24 dos resultados.

Por fim, na etapa quatro, o cruzamento dos dados empíricos com a teoria possibilitou apontar, nos excertos 25 a 31, as mudanças que corroboraram o novo status da cachaça mineira. Para a apresentação dos resultados, buscou-se incorporá-los de tal maneira a ilustrar a narrativa da pesquisa nas conseqüentes mudanças cronológicas da reordenação do status. Trata-se apenas de um recurso didático, uma vez que compreendemos que as formas de trabalho institucional se imbricaram ao longo das quatro décadas.

A reordenação do status da cachaça de alambique

A herança de status inferior da cachaça mineira

Na Prússia, em pleno século XIX, o ministro Joaquim Maria do Amaral, durante reunião com Bismarck, foi interpelado: “qual a bebida que tem no Brasil?” Pego de surpresa, responde prontamente “Bebe-se cerveja, vinho, conhaque”, ao que o primeiro-ministro, não satisfeito, retruca, “Bom, mas tudo isso é bebida internacional, e a bebida própria do Brasil?”. “Não tem”, reage o outro. Diante da atitude de incredulidade do prussiano acaba por revelar com relutância, “Bom”, tem uma bebida que só os escravos é que tomam, os negros é que tomam... (Figueiredo, 2017).

O preâmbulo acima ilustra o preconceito da cachaça que a acompanhou na história do Brasil desde 1530, com a implantação da cultura da cana de açúcar pelos colonizadores portugueses. Oriunda de um subproduto dos engenhos de açúcar, foi produzida e consumida pelos escravos e posteriormente pelas camadas populares da sociedade.

Em Minas Gerais, a bebida chegou com a descoberta do ouro no século XVII, que se abriu para um mercado interno ávido. A cachaça era utilizada como reforço à alimentação dos escravos, porém o costume logo causou apreensão por parte da coroa portuguesa, gerando a proibição. A coroa entendia que o consumo atrapalhava o desenvolvimento do trabalho nas minas de ouro, prejudicando a retirada do minério (Silva, 2009; Daniel, 2016).

Com o ciclo do café, do século XIX até a década de 1930, a cachaça começou a sofrer uma baixa em sua importância econômica, passando a ser discriminada novamente, uma vez que os membros das elites locais buscavam formas de se identificarem com os aspectos culturais predominantes da época. A tentativa de adotar costumes europeus em detrimento dos brasileiros reafirmou a cachaça como uma bebida de baixo status, frente ao que era trazido da Europa (Dias, 2014; Daniel, 2016).

A herança perpassou a imagem da cachaça no Brasil, em especial em Minas Gerais, até a década de 1980, conforme descrevem os entrevistados:

Vou dar uma opinião pra você, há anos atrás o presidente da Expominas, ele comentava o seguinte: chegava uma pessoa de terno lá no Expocachaça, e aí ele ia tomar uma cachaça e a esposa dele segurava no braço do cara e falava: “não, você não vai tomar cachaça não. Beber cachaça depõe conta a sua imagem!” (1- Entrevista Pessoal, Morais, 2019).

[...] existia o preconceito inclusive com o estudo da cachaça enquanto objeto de estudo. Eu diria que se tratava de um estigma. A cachaça sempre foi associada a uma coisa marginal, de pessoas de baixo poder aquisitivo (2- Entrevista Pessoal, 2020).

Enquanto alguns consumidores evitavam o seu consumo, sob o risco de depor contra a imagem (excerto 1), a própria pesquisa científica era marcada por reticências, sendo um objeto de investigação marginal na percepção de um dos pesquisadores mineiros sobre o tema (excerto 2).

A posição de status inferior era reforçada pelo rótulo de bebida de qualidade baixa frente às demais, uma vez que o seu processo produtivo era de tecnologia rudimentar, em um mercado de grandes produtores industriais:

Quando iniciamos os trabalhos, no início da década de 1980, vários problemas foram identificados, merecendo destaque o baixo nível tecnológico das fábricas artesanais e a falta de uma estrutura comercial. A cachaça produzida, principalmente em pequenos alambiques, em termos econômicos, não apresentava condições de competitividade com as aguardentes industrializadas. A preferência da grande maioria dos consumidores se baseava no preço da cachaça, não importando com a qualidade (3- Artigos em arquivo, Cana Brasil, 2020).

Há 30 anos, eu era, eu cheguei a ser comercial de um projeto da Associação Mineira de Cachaça de Alambique, você só via nas prateleiras a cachaça 51, nos bares 51, as mesas era 51, o cara pintava no muro do bar dele com a 51 (4- Entrevista Pessoal, 2020).

Os relatos indicam que o mercado mineiro era dominado por cachaças industriais (A tradicional marca 51) de baixo custo de produção, que monopolizavam as prateleiras dos mercados (Excerto 4). Na fala de um dos gestores da Associação Mineira, a cachaça artesanal chegou, inclusive, próxima da extinção enquanto atividade, frente às dificuldades que os produtores enfrentavam: “A indústria sucroalcooleira possuía altos subsídios federais, o que afetava a capacidade de concorrência da cachaça de alambique, já que os industriários também a produziam, de maneira industrial” (5- Entrevista Pessoal, Morais, 2019).

Ademais, o preço popular não era uma virtude de acessibilidade a todas as classes, mas sinônimo de inferioridade, uma vez que o conjunto de valores advindos da crença de que tudo que é barato é ruim (Silva & Mello, 2010), reforçavam o status inferior do produto mineiro no mercado.

Nesse sentido, o status da cachaça era ordenado dentro de um sistema de posições legitimadas (Piazza & Castellucci, 2014; Delmestri & Greenwood, 2016), que a situava um atributo de baixo prestígio social, em virtude das características expressas nas avaliações coletivas (Podolny, 1993; Rossoni & Guarido Filho, 2015; Maciel & Chaves, 2017), colocando-a nas últimas posições de status dentro de um sistema social horizontal de mercado (Jensen *et al.*, 2011), quando comparada com outros destilados (como uísque, vodca, gin).

O trabalho institucional político para a reordenação do status da cachaça

Para reverter o cenário, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais [INDI], órgão responsável pela industrialização do Estado, desenvolveu um Programa de Valorização da Cachaça no Estado, na tentativa de modificar o prestígio social da bebida. As ações iniciaram em 1982, a partir da elaboração de um estudo setorial intitulado “Aguardente em Minas Gerais”.

A pesquisa indicou um perfil que diferenciava daquele historicamente marginalizado. Os potenciais consumidores, de maior renda, poderiam reconhecer a cachaça produzida “artesanamente” como um destilado de maior qualidade se comparado à cachaça industrial (Coutinho, 2001; Silva, 2009). De posse destas informações, os técnicos do INDI passaram a desenvolver um trabalho institucional político no que Lawrence e Suddaby

(2006), Lawrence *et al.* (2009), Zietsma e Lawrence (2010) ilustram como as práticas que reconstróem regras, propriedades de direitos e fronteiras definem o acesso aos recursos materiais:

Eu (funcionário do INDI) fiz o estudo de viabilidade, constatei que um novo modelo produtivo era economicamente viável, lucrativo e se pagava em pouco tempo. Comecei então a conversar com jovens empreendedores estimulando-os a apostar neste negócio. Os fazendeiros enxergaram a oportunidade de ganho em se tornarem produtores de cachaça (6- Artigos em arquivo, Cachaciê, 2017).

Na época fui procurado por um funcionário de alguma entidade do governo de Minas (o INDI), que fazia um trabalho em conjunto com o Banco de Minas Gerais. Segundo ele, o Governo estava desenvolvendo esforços para enfrentar a informalidade, trazer os alambiques para o mundo formal, como forma de controle de qualidade, desenvolvimento de políticas de incentivo [...] e, é claro, com tudo isto aumentar a arrecadação do Estado (7- Entrevista Pessoal, Morais, 2019).

Os fragmentos indicam as práticas de advocacia, entendidas pela mobilização através do uso de técnicas deliberadas de persuasão social (Lawrence & Suddaby, 2006). Ao proverem agendas com empresários, fomentaram o discurso do potencial da cachaça artesanal enquanto um novo produto, de maior valor agregado (Excerto 6), o que possibilitou uma agenda na reivindicação de recursos materiais.

Em consonância, registrou-se a articulação por lobby na mobilização do banco Estatal de Minas Gerais para o financiamento de projetos de unidades produtoras de aguardente (Excerto 7). Na percepção de um dos técnicos que participou dos financiamentos: “os recursos, destinados anos seguintes, possibilitaram uma política de formalização e controle da qualidade, a partir de novos alambiques” (8- Artigos em arquivo, Cachaciê, 2017).

Entre 1983 e 1997, os dados internos do INDI indicaram o assessoramento de 200 empresários, efetivando a implantação de 100 alambiques. Dentro de uma moderna concepção tecnológica, observa-se o que Lawrence *et al.* (2009) definem sobre a efetividade do trabalho político, ao conferir privilégios para os atores envolvidos de um campo institucional.

Outra forma de trabalho político adotado foram as práticas de categoria, definidas pelos limites na elaboração de hierarquias dentro de um determinado campo (Lawrence & Suddaby, 2006). Destaca-se, em Belo Horizonte, a criação da primeira associação de produtores de cachaça do país. A proposta emergiu dos esforços do INDI na busca de produtores que se disponibilizassem a assumir a liderança de uma associação. Assim, no ano de 1988, por meio da articulação de trinta produtores, fundou-se a Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade (9- Artigos em arquivo, SEBRAE, 2005).

Com a nova instituição, observou-se a mobilização das práticas de categoria que atuaram na construção de regras que estabelecem fronteiras na adesão dos membros. Destacam-se o Certificado de Conformidade e o Selo da Qualidade para as cachaças mineiras filiadas, bem como a participação do Instituto Mineiro de Agricultura [IMA] nas certificações.

AMPAQ direcionou os produtores na época para a legalização e para a melhoria da qualidade da cachaça, então ela passou a exigir que você tenha um selo de qualidade na fabricação que no nosso caso aqui é o selo da AMPAQ, que é a certificação mais antiga do Brasil (10- Entrevista Pessoal, Souza, 2018).

Minas Gerais é o único estado capaz de fornecer o certificado de segunda linha, concedido por representantes do setor, no caso a AMPAQ. Em 12 anos, a entidade conferiu o selo de qualidade a 55 marcas de seus 130 produtores filiados, entre 8,5 mil alambiques (11- Artigos em arquivo, Santos, 2005).

Os excertos 10 e 11 ilustram a atribuição de papéis e direitos entre os atores envolvidos, definindo os limites entre quem está dentro (aqueles que possuem os certificados, que seguem os protocolos para a aquisição do selo de qualidade), daqueles que ficam fora do sistema social (por não seguirem as regras criadas). O efeito da fronteira cognitiva serviu, inclusive, para delimitar o início da construção do prestígio entre os produtores certificados, conforme matéria publicada na mídia: “Para o produtor de cachaça orgânica G. M. S., a certificação não só concede um status para a cachaça, mas também melhora o conceito e aumenta a segurança do cliente, que sabe que está consumindo um produto de qualidade (12- Artigos em arquivo, Secretaria de Agricultura de MG, 2009)”.

No âmbito das práticas políticas de contratação, entendidas pelos meios legais que dão a legitimidade para os atores (Lawrence & Suddaby, 2006), merece destaque a construção de políticas públicas a partir da elaboração da Lei Estadual nº 10.853 do Pró-Cachaça, de 1992. Por meio de uma aproximação da AMPAQ com os representantes do legislativo do Estado de Minas Gerais, elaborou-se a primeira iniciativa estatal, em formato de lei, para a valorização do produto mineiro através da modernização da estrutura dos alambiques. Na década seguinte, garantiu-se a Lei nº 13.949 de julho de 2001, que estabeleceu o padrão de identidade e as características do processo e elaboração da “Cachaça de Minas” e a Lei nº 16.688/2007 de 11/01/2007, que Silva (2009) e Paiva (2017) sublinham como formas de normatizar a cachaça como um produto regional.

É possível também registrar que ao moldarem as estruturas sociais a partir de legislações, as mudanças institucionais interferiram no cotidiano dos envolvidos na produção da cachaça, uma vez que tiveram que se alinhar às novas formas de padronização da cachaça de alambique. As práticas adotadas demonstram, assim, que o trabalho político pode conferir propriedades de direitos e dar legitimidade para os atores no campo (Lawrence & Suddaby, 2006), expressa na tensão entre a agência e estrutura no trabalho institucional (Lawrence *et al.*, 2011). No caso mineiro, a articulação de diversos atores em prol da produção e desenvolvimento da cachaça de alambique geraram as estruturas que conferem direitos e condições materiais para a consequente reivindicação de um status superior, apresentada nos tópicos a seguir.

O Trabalho Institucional Técnico para a reordenação do status da cachaça

A construção normativa da cachaça para uma bebida de alto prestígio social perpassou também o que Lawrence e Suddaby (2006), Lawrence *et al.* (2009), Zietsma e Lawrence (2010) definem de trabalho institucional técnico. Entendido pela mudança normativa no sistema de crenças do campo, as suas práticas inverteram a lógica de produção da cachaça:

O objetivo nosso foi que a cachaça deixasse de ser a bebida de 0,50 e que mata de cirrose, mas que quem consumisse, consumisse em pequena quantidade e um produto sem excessivos tóxicos, porque o grau de etanol é tóxico, não tem jeito. Mas, em termos de qualidade, que ela se deparasse com o líquido melhor (13- Entrevista Pessoal, 2020).

Herdada da associação com a imagem de um produto de larga escala e baixo valor de mercado, os atores do trabalho institucional modificaram o seu processo produtivo para a ênfase na qualidade, estabelecendo uma conseqüente alteração do seu valor. Para consolidar a mudança estratégica de mercado, os aspectos simbólicos do consumo da cachaça foram ressignificados a partir de um conjunto de técnicas. Dentre elas, destacam-se as práticas de construir novas identidades, que visam reivindicar ideais e valores (Lawrence & Suddaby, 2006) para a nova imagem da cachaça no campo:

O brasileiro aprendeu a beber cachaça num copinho, jogar na boca e pra ele a 'boa' ela tinha que descer rasgando igual a um gato, e isso não existe gente. A cachaça pra você beber, ela tem que te fazer bem, você tem que sentir o sabor dela, são pequenos goles, [...] mas o certo é você tomar 50 ml de cachaça em 15 min! (14- Entrevista Pessoal, Souza, 2018).

E tem um negócio que eu trabalhei um ano inteiro... Essa história de que cachaça era pra homem, tinha que ser macho, né? Isso é um defeito da fermentação, da destilação, o cara nem sabe disso, mas para justificar o seu produto falava que cachaça tinha que descer queimando, já que era coisa de homem (15- Entrevista Pessoal, 2020).

Os excertos 14 e 15 indicam que o trabalho técnico de construção de identidades realizou uma mudança simbólica no consumo da bebida, rompendo com a concepção de se "virar a cachaça na boca" sem degustar ou ter que aguentar a acidez que "queimava" a garganta ao beber. O movimento da dita cachaça de qualidade reivindicou a degustação, em pequenos goles, para sentir o sabor da bebida.

A criação identitária reforçou também um discurso do consumo controlado, afastando, simultaneamente, do rótulo de consumidores de bares simples, que traziam um preconceito na imagem do uso excessivo de álcool. O simbolismo de "degustar" a bebida remete ao beber com sabedoria, enaltecendo o hábito do consumo da cachaça. Reivindicou-se, assim, o que Souza (2018) define de 'gastronomização' do consumo das bebidas de alto status, referindo-se à estetização, valorização do sabor e do prazer ao consumi-las, na ação de prazer e sociabilidade.

Estabelecidas as bases para a dimensão identitária, nota-se o trabalho técnico de mudanças normativas que refazem as conexões entre as práticas e fundamentos morais (Lawrence & Suddaby, 2006). Tais práticas ocorreram a partir das melhorias dos processos tecnológicos e da produção. Antes produzida em alambiques sujos, com pouco cuidado, modificou-se para a adoção de um conjunto de boas práticas:

Tem que cuidar da qualidade do seu produto... Qualidade da moagem, higiene, higiene na fermentação... Antigamente, o conceito de alambique era de coisa suja, mal cuidada, muita fumaça, tudo escuro, você vai entrar ali e você vê que é um pouquinho diferente entendeu? (16- Entrevista Pessoal, Sundermann, 2018).

Nós usamos aqui três variedades de cana, 18/16; 75/15; 32/80; essa 75/15 foi até desenvolvida pela UFV, hoje o que a gente mais tem aqui é a 32/80, é a que mais deu certo pra nos aqui... Cana muito produtiva. [...] vai fazer agora 19 anos que a gente não queima a cana, a gente só trabalha com cana crua, quando você queima a cana você mata os micros organismos que são benéficos na cana, os indesejáveis não morrem... (17- Entrevista Pessoal, Souza, 2018).

Por meio da análise temática foi possível notar nos fragmentos 16 e 17 o que Lawrence *et al.* (2011) definem de influência da instituição na agência. A partir dos manuais de boas práticas, das normas estabelecidas pela legislação e das contribuições científicas das universidades mineiras, os produtores de cachaça mudaram as suas ações. Um exemplo seria não mais queimar a cana, já que “matavam os micro-organismos” benéficos à qualidade da bebida.

Simultaneamente, as mudanças tecnológicas favoreceram o distanciamento de antigas práticas adotadas pelas cachaçarias industriais de colunas, que além de produzir uma bebida de baixa qualidade, concorriam diretamente com os alambiques mineiros. Na fala de uma pesquisadora mineira:

O alambique de cobre não permite um volume exagerado, quando o pessoal quer um alto volume, eles vão para o alambique de coluna. Nesse escalonamento, a qualidade perde muito, principalmente o que eles chamam de floral em frutado, que lembra a cana. Então, por exemplo, uma cachaça como a Ypioca, como a 51, eles têm um grande mercado, porque eles têm volume, mas eles não têm sabor como a cachaça mineira. Tanto que hoje, na legislação, tem a diferença de aguardente e de cachaça (18- Entrevista Pessoal, 2020).

Para legitimar as alterações associativas, os atores do campo, articulados pela AMPAQ, membros do INDI, pesquisadores mineiros e políticos favoráveis aos interesses da bebida, recorreram ao trabalho técnico de construção de redes normativas. Entendido pelas práticas que legitimam os padrões de conformidade, monitoramento e avaliação (Lawrence & Suddaby, 2006), registrou-se a aprovação do Decreto nº 2.314 de 1997, que delimitava a conformidade das bebidas oriundas da cana-de-açúcar, cujas especificidades da cachaça envolveram o menor teor alcoólico, produzida unicamente do mosto da cana e limitando a adição de sacarose.

Destaca-se também, no âmbito Estadual, o projeto de lei nº 923/2000 e a Instrução Normativa nº13/2005, que estabeleceram as especificidades da cachaça artesanal em Minas Gerais, afastando das práticas das cachaçarias de coluna, ao vetarem o uso de aditivos químicos, comumente usados nesse modelo de produção industrial, bem como a criação de tipificações de cachaça: Industrial, Artesanal, Premium, *Blend*, Standardizada, Envelhecida.

Do ponto de vista simbólico, as mudanças normativas no trabalho técnico implicaram no início da reordenação do status, originariamente institucionalizado nas camadas populares. Reelaborada para atender as classes abastadas, agregou-se valor, separando legalmente a cachaça das antigas formas de produção.

O relato permite associar as formas como o status pode afetar a legitimidade, uma vez que a criação de um grupo de alto status pode criar presunções de propriedade que aumentam a penalidade por violações, que

são flagrantes ao ponto de ameaçar a “honra” do grupo como um todo (Deephouse & Suchman, 2008). Etimologicamente, criaram-se as condições para iniciar uma dicotomia a qual segundo Silva (2015) deixou o estigma da “pinga” para todas as formas de produção que não mais se associam ao rótulo de “cachaça”, e a esta um produto diferenciado, de qualidade, com normas rígidas na produção e consumo, colocada na posição de uma bebida para os consumidores sofisticados.

O trabalho Institucional Cultural para a reordenação do status da cachaça

A institucionalização da cachaça mineira, enquanto uma bebida de prestígio na percepção dos consumidores, também foi influenciada pelo trabalho cultural, entendido pelo uso de práticas que contribuam para expansão e legitimação das instituições (Lawrence & Suddaby, 2006; Lawrence *et al.*, 2009; Zietsma & Lawrence, 2010) que marcaram o processo de ordenação da cachaça de alambique.

Dentre as suas práticas, observou-se a imitação entendida pela justaposição de antigos e novos modelos para torná-la compreensível ao novo público-alvo, que seriam os consumidores de maior poder aquisitivo da cachaça:

Com o passar dos anos esse cuidado no preparo da bebida justificou a fama da pinga mineira. Segundo o produtor, o mercado está em crescimento e, para atender à demanda, seu alambique desenvolveu o que chama de “artesanal otimizado”. É a tecnologia aplicada a um produto tradicionalmente feito de maneira rústica. Investimos em qualidade e higiene, sem alterar o conceito de produção artesanal (19- Artigos em arquivo, Fiúza, 2013).

Sabarã era perto de Belo Horizonte, uma cidade histórica; nós queríamos ligar a cachaça a uma cidade histórica. Por outro lado, os eventos em Sabará eram concorridos. Este evento feito pela AMPAQ durante alguns anos foi um sucesso, tanto que a estrada ficava congestionada. Anos depois a ideia de feira de cachaça foi resgatada, reformulada e hoje, virou a maior feira de cachaça do mundo, a Expocachaça (20- Artigos em arquivo, Cachaciê, 2017).

Os fragmentos 19 e 20 relevam a manutenção de um discurso de velhas práticas, a fabricação da cachaça em alambiques e a relação com as ditas regiões históricas, porém introduzidas em modernos modelos, como os melhoramentos tecnológicos e as formas de comercialização através de festivais, feiras e eventos gastronômicos. A frase do excerto 19, “artesanal otimizado”, representa claramente a justaposição de novas práticas de produção (qualidade e higiene), sem perder a sua tradição mineira, ou seja, a produção artesanal.

Esse fenômeno também veio acompanhado de elementos de design, como as embalagens das cachaças, que reproduziam a tradição das garrafas no formato de cerveja, mas inovaram nos rótulos. O estudo de Souza (2018) acerca do design de cachaças mineiras nas últimas décadas parece corroborar as evidências. Em sua análise, constatou que as embalagens resgatavam um valor rústico ao reproduzirem desenhos de fazendas em tons neutros, de campos com plantações de cana, inspirando as tradições mineiras regionais.

Ao mesmo tempo, recorreu-se aos artefatos modernos do uso de selos que indicam o tempo de envelhecimento da bebida, dos prêmios obtidos em competições mundiais, envoltas em caixas que as acompanhavam, o que reproduz uma forma de mimetismo institucional que lembra o uísque, de alto valor agregado.

Outra prática de trabalho institucional cultural adotada foi a teorização, entendida pelo desenvolvimento de conceitos para o mapa cognitivo (Lawrence & Suddaby, 2006). A partir da emergência de etimologias como o *masterblender*, o *cachacier*, o mestre alambiqueiro, criou-se funções e conceitos para o campo cognitivo da cachaça de qualidade:

Cachacier, um dos maiores degustadores da bebida do país, Maurício Maia diz que só há três motivos para quem considera impossível gostar do destilado de cana. “Por puro preconceito, por desconhecimento ou por experiência anterior ruim com um rótulo de baixa qualidade” (21- Artigos em arquivo, Dumont, 2017).

A bebida brasileira deu um grande salto de qualidade nas últimas décadas e se equipara aos melhores destilados no mundo. Na evolução técnica da produção da aguardente surgiu um profissional especializado na bebida: o *masterblender* – quem sabe exatamente as proporções certas das misturas e armazenamento correto da cachaça de excelente qualidade (22- Artigos em arquivo, Dias, 2019).

A análise temática também evidencia que os profissionais cumpriram relevantes tarefas em estender o novo status da bebida no mercado. Destaca-se a própria definição da nova profissão, que se associava à função de especialistas em cachaças, reforçando, assim, a instituição da cachaça de qualidade no campo. Da mesma forma, ao assumirem a posição de detentores de conhecimento, permite que utilizem o saber especializado para julgar e orientar os processos necessários para o consumo da cachaça diferenciada.

Esse conjunto de funções se estendeu inclusive para outra forma de práticas culturais, como a educação, ao formarem outros atores em conhecimento para suportar a nova instituição (Lawrence & Suddaby, 2006):

[...] a gente trabalha com esse curso (mestre alambiqueiro), com formadores de opinião. Então a gente faz um treinamento com eles, para passarem esse conceito para os consumidores... Porque essas confrarias eles fazem eventos em bares, então quando você vai num evento e esses caras estão lá e se nesses bares tiver cachaça informal, com certeza eles vão falar “o fulano, isso aí e tal, nós temos aqui esses produtos e eles podem ter isso, podem ter aquilo” e acaba que o confrade ensina o dono do bar... (23- Entrevista Pessoal, Morais 2019).

A realização de cursos e treinamentos na profissão de mestre alambiqueiro ilustram o trabalho cultural que objetiva engajá-los no mercado enquanto formadores de opinião. Cumpre-se, assim, o papel de multiplicadores, a partir do repasse de informações aos demais atores da cada produtiva de comercialização.

Conjuntamente é importante sublinhar os pesquisadores das universidades mineiras, que são centrais nesta prática cultural:

Mas pra você ter uma ideia, aparecia produtor que falava que se não jogasse um bucho de tatu dentro do tanque, não fermentava. (Risos). Então assim, as histórias... Eu tenho slides, eu tenho fotos de cada coisa... Então eu tinha que contar a história pra eles e falar “olha, pensa no queijo, pensa no iogurte”. Aí eu fui na Escócia, filmei, as destilarias

de uísque na Escócia, aí eu trouxe, mostrei, falei “olha, é esse preço, porque eles evoluíram nisso”. Então foi tudo um trabalho muito lento, a professora Graça coordena o grupo na UFLA, ela é referência ativa do livro, nós demos muitos cursos pra produtores, mas muitos mesmo, eu não sei quantos. Justamente pra perder isso (24- Entrevista Pessoal, 2020).

Ao exercerem as atividades de extensão universitária (fragmento 24), os docentes contribuíram para socializar os conhecimentos produzidos na universidade e a conseqüente melhoria na qualidade da bebida dos produtores por meio do mimetismo com o uísque. Da mesma forma, as orientações de mestrado e doutorado sobre o tema cumpriram o papel central de formar novos pesquisadores, especialistas no estudo da cachaça, bem como no avanço das melhorias tecnológicas que perpassaram desde o manejo e plantio de cana-de-açúcar aos processos fermentativos, a destilação, o envelhecimento, o controle, a qualidade, a comercialização e a legislação.

Não é por menos que se registra a evolução dos números de dissertações e teses sobre a cachaça nas Universidades mineiras entre os anos de 1982 e 2019. Enquanto os primeiros trabalhos iniciaram de forma tímida em 1993, o seu avanço foi gradativo, dobrando as publicações a partir de 2004, totalizando 150 pesquisas (Figura 1) sobre as suas diversas áreas do saber.

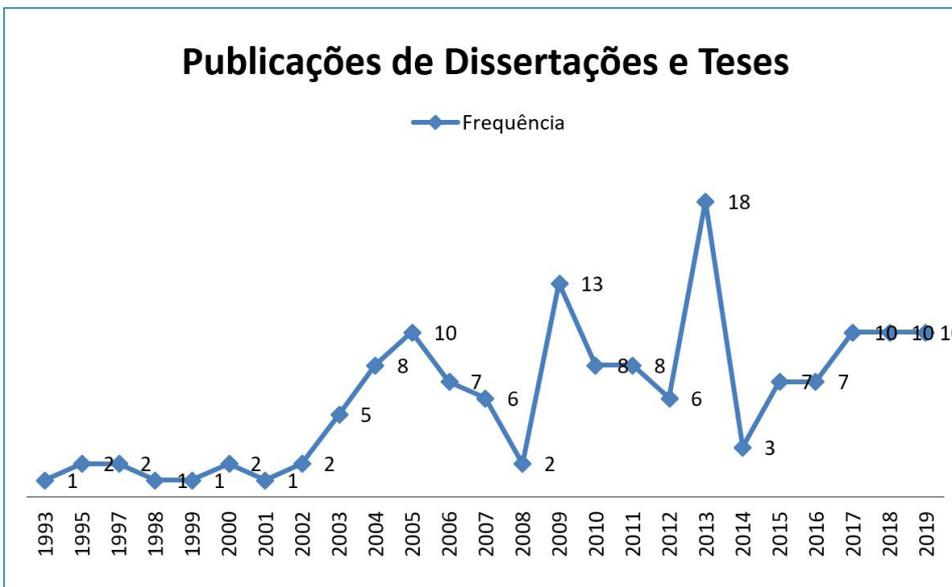


Figura 1: Evolução das pesquisas nas Universidades Federais do Estado de MG

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Merece evidência, ainda, o papel formativo da própria mídia nas mudanças dos hábitos e comportamentos dos consumidores. Além de informar e manter os consumidores atualizados sobre as mudanças decorrentes da produção da cachaça, a mídia interferiu no campo, fornecendo conhecimentos necessários para suportar a nova instituição (Lawrence & Suddaby, 2006).

Dentre os diversos canais de publicação, ressaltam-se as revistas especializadas, como a Cachaça com Notícias, produzida pela AMPAQ, que divulga desde meados de 1990 triagens mensais para os seus associados e consumidores. Destacam-se também os blogs e canais virtuais sobre o tema, os quais orientam os consumidores da bebida e servem de comercialização da bebida, a exemplo: Devotos da Cachaça, Cachaciê, Cachaçaria Nacional, Mapa da Cachaça, Savana da Cachaça.

Por fim, a grande mídia, representada pelas principais emissoras, jornais e revistas de tiragem nacional, foi central para a disseminação e mudanças nas práticas de consumo da cachaça. Segundo um dos técnicos do INDI, essa evidência era clara, uma vez que a partir do final das décadas de 1980 “toda notícia da cachaça que ia para a mídia virava assunto positivo”.

Algumas dessas notícias podem ser elucidadas em manchetes da época, como: No Jornal Folha de São Paulo de 1995 – “Colecionador de Cachaça de Minas Gerais entra para Guinness Book”; no Jornal Folha de São Paulo de 1997 – “Fabricantes de cachaça querem vender para a elite”; na Revista IstoÉ de 1999 – “O contra ataca: Produtores de Cachaça registrou a marca moratória” (em alusão às políticas do até então, governador de Minas Gerais, Itamar Franco, em conflito com o Governo Federal); na revista Globo Rural de 2001 – “Cachaça, marca registrada: O nome vai poder ser usado apenas por fabricantes brasileiros, que tentam conquistar novos mercados”.

Desta forma, pode-se observar que o trabalho institucional cultural exercido pelos atores mineiros do campo da cachaça cumpriu uma dupla função para a reordenação do status: Desassociou os antigos preconceitos e estigmas que perpassavam a cachaça mineira por séculos; e, similarmente, associou as novas práticas a uma cachaça de qualidade, diferenciada, de prestígio, expandindo, assim, a sua institucionalização ao que Lawrence e Suddaby (2006) definem como um público mais amplo.

O Quadro 3 ilustra uma síntese das principais formas de práticas adotadas ao longo das quatro décadas de trabalho institucional, no setor da cachaça mineira:

Quadro 3 – Síntese do Trabalho Institucional realizado

	A partir de 1980	A partir de 1990	A partir de 2000	A partir de 2010
Trabalho Político	Elaboração de uma agenda para a entrada de novos empresários Lobby com o Banco do Estado para financiamentos ao setor Criação da primeira Associação de Produtores	Aprovação da Lei Estadual Pró-Cachaça Decreto Federal sobre as conformidades da cachaça Criação de certificados de qualidade e selos	Aprovação da Lei Estadual de Identidade da Cachaça Aprovação da Lei Estadual da Cachaça mineira enquanto patrimônio cultural	Ampliação do uso de certificados e selos de qualidade
Trabalho Técnico	Pesquisas Técnico-Científicas elaboradas pelo INDI sobre o Mercado da Cachaça Início do Assessoramento técnico aos empreendimentos de cachaça pelo INDI	Ampliação do assessoramento técnico aos empreendimentos de cachaça pelo INDI Início das pesquisas científicas sobre a cachaça nas universidades mineiras	Melhorias técnico-científicas nas variedades de cana e formas de produção Elaboração de manuais de boas práticas de produção Início da associação entre o aumento do preço e percepção da qualidade da cachaça no setor	Ápice das pesquisas científicas sobre a cachaça nas universidades mineiras Distanciamento das práticas de produção associadas às cachaçarias industriais Substituição nas etimologias pingas para cachaças
Trabalho Cultural	Primeiros festivais da Cachaça em Paraty	Início das matérias positivas sobre a cachaça na mídia local Consolidação dos festivais da Cachaça em Paraty	Mudanças nos rótulos e designs das cachaças que associam aos destilados de alto status Extensão Universitária com os produtores para engajar novas práticas de produção Início do maior festival de cachaça do Mundo	Criação de profissões de <i>Cachacieres</i> e <i>Master Blands</i> . Realização de cursos e treinamentos com consumidores sobre as formas degustar a bebida Alterações na forma de degustar a bebida

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Lawrence e Sudabby (2006), Zietsma e Lawrence (2010).

Pode-se notar, por meio da leitura do respectivo quadro, que as práticas adotadas pelos diversos atores do campo não foram pontuais ou estanques, mas se imbricaram ao longo das quatro décadas de trabalho institucional. Esses achados evidenciam que os trabalhos políticos, técnicos e culturais adotados, apesar de intencionais pelos atores, reproduzem uma complexa rede de interações que não se limitou à respectiva síntese. Esta cumpriu apenas um papel didático de compreender as formas como o setor da cachaça obteve resultados satisfatórios na mudança do status da bebida, conforme será detalhado no próximo tópico.

Os efeitos do trabalho institucional de reordenação do status da cachaça

Diferente da literatura do empreendedorismo institucional que tende a intensificar o papel de um único ator na criação ou transformação de instituições (Lawrence *et al.*, 2009; Lawrence *et al.*, 2013), os elementos empíricos deste estudo indicaram a forma de trabalho institucional político, técnico e cultural, que perpassa uma coletividade de atores de campos heterodoxos.

Da mesma forma, é importante sublinhar que enquanto o papel da agência foi relevante para alternar as normas e regras do campo, as estruturas moldaram-se às práticas dos atores, em especial os produtores de cachaça, modificando as formas de produzir. O êxito dessa relação entre agência-estrutura alterou o público e o preço de mercado, legitimando a imagem de status superior no mercado, conforme se constata nos fragmentos empíricos:

Cachaças feitas no Sul de Minas são premiadas no Mundial de Bruxelas (25-Artigos em arquivo, G1, 2013).

Cachaça mineira é escolhida a melhor do Brasil. Confira o ranking! Litro da bebida chega a custar R\$ 500 (26- Artigos em arquivo, Menezes, 2014).

É Campeã! Se na Copa o Brasil decepcionou, no *Spirits Selection* em Santa Catarina a Cachaça Brasileira dá de goleada e fatura 59 medalhas. Mineira é destaque em qualidade (27- Artigos em arquivo, AMPAQ, 2014).

Melhor Cachaça é mineira, mas estados menos tradicionais despontam no Ranking (28- Artigos em arquivo, Gazeta do Povo, 2018).

Observam-se nos excertos que foram sublinhadas as posições diferenciadas da cachaça mineira em relação às demais a partir de determinados rankings em torneios internacionais como o *Spirits Selections* (mais conceituado concurso internacional de destilados), além dos números de rótulos entre as melhores do país.

Neste processo de efetivação da valorização da bebida, o elevado preço de mercado tornou-se outro legitimador da imagem percebida da cachaça ao ser comparado agora, com outras bebidas, de alto valor e prestígio social:

Cachaça no passado era um produto de classe C e D. Hoje não, hoje você tem o consumidor de alto nível financeiro. [...] O cara chega aqui e compra 500, compra 1000 reais de cachaça pra dar de presente, pra tomar. A gente tem esse tipo de cliente, assim como tem o cara do vinho, o cara do uísque que paga não sei quantos lá numa garrafa de uísque, da cachaça também tem, certo? (29- Entrevista Pessoal, Paiva, 2017).

Cachaça ganha status de bebida para ser degustada: Durante séculos, ela foi desprezada, principalmente quando comparada a outros destilados com status de bebida nacional, como o uísque dos escoceses, a vodca dos russos e até a tequila dos mexicanos. Agora, a brasileiríssima cachaça começa a expandir seus domínios, ultrapassando os balcões dos botecos e revelando-se um produto com ótimo potencial para exportação (30- Artigos em arquivo, Macedo, 2014).

Os fragmentos ilustram o novo status da bebida, que saiu da posição de barata, popular, de R\$ 0,50, conforme era vista anteriormente, para a comercialização do litro, com valores que excedem a R\$ 500,00. A legitimação do seu prestígio foi corroborada ao se tornar parâmetro de comparação com destilados que assumiam elevados status na categorização horizontal, como o vinho, o uísque, a vodca e a tequila.

As modificações na percepção da cachaça também foram manifestas pela renovação do público-alvo, fato que fez atingir ao objetivo do trabalho institucional adotado: os consumidores de elevado poder aquisitivo. A frase enunciada “Cachaça no passado era um produto de classe C e D” (Excerto 29), ilustra a efetividade na elitização da cultura da bebida, definindo o seu status superior no mercado.

As evidências apresentadas permitem concluir que a reordenação de status da cachaça ocorreu dentro de um sistema social vertical e horizontal, conforme aponta a teoria de Jensen *et al.* (2011). Verticalmente a cachaça mineira assumiu os primeiros postos entre as outras regiões e Estados produtores no Brasil; horizontalmente a bebida passou a ser comparada em mesmo nível de prestígio com outras categorias, do ramo das destiladas (uíscue, vodca, tequila).

Por fim, merece destacar uma matéria na mídia, que indagava os motivos desta posição de status superior em relação às demais cachaças do país:

Por que as cachaças mineiras são diferentes? A qualidade da cachaça produzida em Minas Gerais foi posta à prova e venceu mais um desafio: a Cúpula da Cachaça elegeu, em um teste cego, as 50 melhores cachaças do Brasil. Entre elas estão 30 rótulos mineiros. O que pode explicar o sucesso da cachaça mineira? (31- Artigos em arquivo, Minas Lovers, 2019).

A questão do fragmento 31, “Por que as cachaças mineiras são diferentes?”, representa o cerne deste estudo, que buscou mostrar que as formas de trabalho institucional, adotado por diversos atores do campo da cachaça, modificaram a qualidade da bebida e a conseqüente alteração do seu status de mercado.

Assim, os elementos empíricos auxiliaram na explicação de como as mudanças de status podem ocorrer nos mercados a partir do uso do trabalho institucional. Ademais, reforçou-se a definição do status de mercado a partir da qualidade percebida e ranqueada entre as posições (Podolny, 1993; Jensen *et al.*, 2011; Rossoni & Guarido Filho, 2015; Maciel & Chaves, 2017), confirmando um exemplo de reordenação de status ao longo de quatro décadas de práticas institucionais.

Considerações finais

Este estudo buscou contribuir para a área de estudos organizacionais ao trazer explicações de como o status emerge e se institucionaliza em grandes campos institucionais. Para tal, lançou-se mão da teoria do trabalho institucional, no intuito de compreender a reordenação do status da cachaça em Minas Gerais. Por meio de uma investigação qualitativa ao longo de quatro décadas, observou-se que até 1980 a cachaça herdava uma estrutura social de produção e comercialização frágeis, que dificultavam a sua inserção em um status elevado de mercado.

A partir da articulação de um grupo heterogêneo de atores foi possível registrar como a dinâmica do status foi mudando ao longo do tempo. As práticas exercidas requereram dos atores não apenas esforços pessoais nas rotinas do campo, mas o envolvimento em ações mais amplas, como mudanças nos níveis políticos e culturais.

Dentre os principais achados ressalta-se o trabalho institucional político na articulação para a entrada de novos empresários, o financiamento via recursos públicos para as unidades produtivas, a criação de uma associação de produtores, a elaboração de certificados de qualidade e a construção de políticas públicas. Esse conjunto de práticas institucionais ofereceram

condições políticas, materiais e legais para construir as fronteiras do novo status no campo.

Observou-se também que o trabalho institucional técnico reconfigurou os sistemas de crenças. Ao convocar ideais de prestígio nas formas de degustação e consumo da bebida, ampliar as melhorias tecnológicas e normatizar o conceito de cachaça de alambique, o trabalho institucional aproximou-a do status de superioridade reivindicado.

Destaca-se, ainda, o trabalho institucional cultural na fusão de tradicionais e modernas formas de design, fabricação e comercialização da bebida; na criação de profissões (*cachacier*, mestre cervejeiro, *master blender*), que fortaleceram o mapa cognitivo do campo; bem como a capacitação dos produtores e consumidores para suportar a nova instituição. As respectivas práticas legitimaram o novo status da bebida mineira nas conquistas em concursos globais, na sua fama nacional e internacional, nos preços elevados e na capacidade de concorrer horizontalmente com destilados de outras categorias, historicamente prestigiados.

Feitas as elucidações do objetivo proposto, enfatizamos que o estudo contribuiu teoricamente com uma lacuna na literatura ao fornecer um suporte teórico que se mostrou capaz de explicar, em uma perspectiva da teoria da prática, como as dinâmicas de status podem ocorrer e se modificar. Ainda do ponto de vista teórico, ressaltamos que mesmo com o avanço do trabalho institucional na literatura, os estudos desenvolvidos no Brasil são escassos, o que indica um esforço em demonstrar as suas potencialidades para o campo institucional. Merece também ressaltar que a escolha da relação entre o trabalho institucional e a mudança de status avançou com uma literatura que pouco explorava a relação entre as duas teorias.

Como limites do estudo, sublinha-se que se por um lado o trabalho institucional de criação logrou resultados positivos ao modificar o status da cachaça em Minas Gerais, enquanto por outro, esse trabalho não foi único. A desinstitucionalização, promovida pelo Estado, também cumpriu um papel relevante nesse setor, em especial nas formas de fiscalização, fechamentos de alambiques e notícias na mídia sobre os riscos do consumo de bebidas de baixa qualidade. Essas evidências indicam semelhanças com as práticas definidas por Lawrence e Sudday (2016), intituladas de desconectar sanções e minar as suposições e crenças que, no entanto, por uma questão de recorte teórico-metodológico e de espaço, não foram abordadas neste texto. Por fim, sublinhamos a importância de uma agenda de pesquisas sobre o campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. Por se tratar de um contexto organizacional situado em nível macro organizacional, o campo fornece subsídios para os estudos que tratam do status em outros níveis de categoria. O setor ainda é amplamente dominado por produtores informais e que reproduzem as tradicionais formas de produção da cachaça, o que possibilita também o potencial investigativo da mudança de níveis inferiores para médios dentro do setor.

Da mesma forma, o trabalho institucional enquanto uma teoria recente, demanda investigações que deem conta das práticas organizacionais em sua perspectiva plural. A rede mineira, formada por técnicos do governo, agências financiadoras, associação de produtores, pesquisadores,

empresários e mídia, ilustra uma contribuição às lacunas encontradas na revisão integrativa de Hampel *et al.* (2017), ao apontarem para a necessidade de formas de trabalho institucional que abarquem a ação de atores de campos organizacionais heterodoxos⁵. No entanto, o próprio campo da cachaça apresenta o potencial de estudo que indica também formas de “fracasso” do trabalho institucional, já que as respectivas mudanças apresentadas nesta pesquisa não consideraram todo um setor produtivo que não aderiu ou entrou no recorte das mudanças de status e que exerce ainda uma grande influência econômica e social para o setor mineiro.

Referências

- Amarante, J., & Crubellate, J. (2020). Institutional pressures, institutional work and the development of universities' entrepreneurial turn. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 119-133.
- Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade. *Cachaça com Notícias*, 8(35), 2014.
- Bothner, M., Kim, Y., & Smith, E. (2012). How does *status* affect performance? Status as an asset vs. status as a liability in the PGA and NASCAR. *Organization Science*, 23, 416-433.
- Brankovic, J. (2018). The status games they play: unpacking the dynamics of organisational status competition in higher education. *Higher Education*, 75(4), 695-709.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Minas Lovers. (2019, dezembro, 11). *Por que as cachaças mineiras são tão diferentes?* Recuperado em 17 julho, 2020, de <https://minaslovers.com.br/blog/artigo/por-que-as-cachacas-mineiras-sao-diferentes-145>
- Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2019). *A cachaça no Brasil. Dados de Registro de cachaças e aguardentes*. Brasília: MAPA/AECE.
- Byrne, A., & Barling, J. (2017). When she brings home the job status: wives' job status, status leakage, and marital instability. *Organization Science*, 28(2), 1137-1148.
- Cachaciê. (2017, Maio, 31). *Idealismo, trabalho duro e visão empreendedora*. Recuperado em 20 junho, 2020, de <http://cachacie.com.br/ultimas-noticias/idealismo-trabalho-duro-e-visao-empreendedora-este-e-o-blend-da-cachaca-mineira/>
- Cana Brasil. (2020, fevereiro, 19). *Interpretação do avanço mineiro da cachaça artesanal de alambique*. Recuperado em 21 julho, 2020, de <https://canabrasil.com.br/2020/02/19/interpretacao-do-avanco-mineiro-da-cachaca-artesanal-de-alambique/>
- Castro, A., Ansari, S. (2017). Contextual “readiness” for institutional work. A study of the fight against corruption in Brazil. *Journal of Management Inquiry*, 26(4), 351-365.

5 Os autores agradecem as substanciais orientações dos avaliadores, que contribuíram para a expansão e desenvolvimento das ideias deste trabalho.

- Coraiola, D., Jacometti, M., Baratter, M., & Gonçalves, S. (2015). Conciliando agência e contexto na dinâmica da mudança institucional. *Cadernos Ebape*, 13(4), 701-726.
- Coutinho, P. *Dinâmica da modernização do setor de produção de aguardente de cana-de-açúcar no Brasil: construindo uma cachaça de qualidade*. (2001). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- Daniel, R. C. (2016). Pequena produção de cachaça no interior paulista: a informalidade em questão. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara.
- Delmestri, G., & Greenwood, R. (2016). How Cinderella became a queen: theorizing radical status change. *Administrative Science Quarterly*, 61(4), 507-550.
- Delphine, G. (2017). From écobilan to LCA: the elite's institutional work in the creation of an environmental management accounting tool. *Critical Perspectives on Accounting*, 42, 36-58.
- Deephouse, D. L.; Suchman, M. (2008). Legitimacy in Organizational Institutionalism. In R. Greenwood, C. Oliver, K Sahlin, & R. Suddaby (Eds.). *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp. 49-77). London: Sage.
- Dias, N. C. (2014). A Cachaça é nossa: cultura e ideologia na construção da identidade nacional. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 4(1), 35-44.
- Dias, P. (2019, fevereiro, 27). "Mago da cachaça" visita experimento da UFLA. Recuperado em 24 junho, 2020, de <https://ufla.br/noticias/pesquisa/12702-mago-da-cachaca-visita-experimento-da-ufla>
- DiMaggio, P., & Powell, W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48, 147-160.
- Dumont, P. (2017, junho, 11). *Brasilidade em cada dose: democrática, cachaça vai bem pura, gelada ou drinks*. Recuperado em 25 julho, 2020, de <https://www.hojeemdia.com.br/mais/brasilidade-em-cada-dose-democr%C3%A1tica-cacha%C3%A7a-vai-bem-pura-gelada-ou-drinks-1.534330>
- Duarte, J., & Barros, A. (2006). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.
- Durand R., & Kremp, P. (2016). Classical deviation: organizational and individual status as antecedents of conformity. *Academy of management Journal*, 59(1), 65-89.
- Durand, R., & Paoletta, L. (2013). Category stretching: reorienting research on categories in strategy, entrepreneurship, and organization theory. *Journal of Management Studies*, 50, 1100-1123.
- Durand, R., Rao, H., & Monin, P. (2007). Code and conduct in French cuisine: impact of code changes on external evaluations. *Strategic Management Journal*, 28(5), 455-72.
- Dwertmann, D., & Boehm, S. (2015). Status matters: the asymmetric effects of supervisor subordinate disability incongruence and climate for inclusion. *Academy of Management Journal*, 59(1), 44-64.
- Figueiredo, L. (2017). A linguagem da embriaguez: cachaça e álcool no vocabulário político das rebeliões na américa portuguesa. *Revista de História*, 176, 1-25.

- Fiuzza, M. (2013, fevereiro, 06). *Conheça a pinga mineira*. Recuperado em 27 junho, 2020, de http://sites.correioweb.com.br/app/noticia/encontro/atualidades/2013/02/06/interna_atualidades,409/conheca-a-pinga-mineira.shtml
- Folha Campinas. (2003, novembro, 09). *Mulheres criam confraria em Campinas*. Recuperado em 29 julho, 2020, de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0911200325.htm>
- Geertz, C. (1973). Thick description toward an interpretative theory of culture. In C. Geertz (Ed.). *The interpretation of cultures* (pp. 310-323). New York: Basic Books.
- Gould, N., Liu, A., & Yu, Y. (2016). Opportunities and opportunism with high-status B2B partners in emerging economies. *Journal of Business & Industrial Marketing*, 31(5), 1143-1178.
- Gondim, S., Estramiana, J., Gallo, I., Vasconcellos, C., & Bonfim, M. (2009). Status profissional e gênero na atribuição intercultural de afetos no trabalho. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(4), 75-99.
- Hamann, R., & Bertels, S. (2018). The institutional work of exploitation: employers' work to create and perpetuate inequality. *Journal of Management Studies*, 55, 394-423.
- Hempel, C., Lawrence, T., & Tracey, P. (2017). Institutional work: taking stock and making it matter. In R. Greenwood, R., C. Oliver, T. Lawrence, & R. Meyer, R (Eds.), *Handbook of organizational institutionalism* (pp. 558-590). London: SAGE.
- Hoffman, A. (1999). Institutional evolution and change: environmentalism and the US chemical industry. *Academy of Management Journal*, 42(4), 351-371.
- Hsu, G., Koçak, O., & Hannan, M. (2009). Multiple category memberships in markets: an integrative theory and two empirical tests. *American Sociological Review*, 74, 150-169.
- Jacometti, M. (2013). *Institutional Work na conformação do conhecimento difundido em redes interorganizacionais: estudo de APLs no Estado do Paraná*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, BRasil.
- Jacometti, M., Gonçalves, S., & Castro, M. (2014). Institutional work e conhecimento em redes interorganizacionais: uma proposta para investigar APLs. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(6), 17-47.
- Jensen, M., Kim, B., & Kim, H. (2011). The importance of status in markets: a market identity perspective. In L. Pearce (Ed.), *Status in management and organizations* (pp.87-117). Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Kim, B., & Jensen, M. (2009). It's not just what you have, but how you present it: how subcategorization affects opera market identity. *Academy of Management Annual Meeting Proceedings*, 1, 1-6.
- Lawrence, T., & Suddaby, R. (2006). Institutions and institutional work. In S. Clegg, C. Hardy, T. Lawrence, & T. Nord. *Handbook of organization studies* (2 ed., pp. 215-254). New York: Sage Publications.
- Lawrence, T., Leca, B., & Zilber, T. (2013). Institutional work: current research, directions and overlooked issues. *Organization Studies*, 34(8), 1023-1033.
- Lawrence, T., Suddaby, R., & Leca, B. (2009). Theorizing and studying institutional work. In T. Lawrence, R Suddaby, & B. Leca. *Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations* (pp. 11-59). UK: Cambridge University Press.

- Lawrence, T., Suddaby, R., & Leca, B. (2011). Institutional work: refocusing institutional studies of organization. *Journal of Management Inquiry*, 20(1), 196-214.
- Lima, A., Balestrin, A., Faccin, K., & Marconatto, D. (2019). A institucionalização da cooperação: uma análise do trabalho institucional em uma comunidade vulnerável da região amazônica. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 21(4), 683-705.
- Liu, Y., Zhang, C., & Jing, R. (2016). Coping with multiple institutional logics: temporal process of institutional work during the emergence of the one foundation in China. *Management and Organization Review*, 12(2), 387-416.
- Macedo, S. (2014, fevereiro, 26). *Cachaça ganha status de bebida para ser degustada*. Recuperado 05 julho, 2020, de <https://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3249.shtml>
- Maciel, C., & Chaves, C. (2017). Informational status in intra-organizational networks: the role of knowledge sharing and structural holes. *RAUSP Management Journal*, 52(2), 189-198.
- Menezes, E. (2014, fevereiro, 08). *Cachaça mineira é escolhida a melhor do Brasil. Confirma o ranking*. Recuperado em 10 junho, 2020, de <https://noticias.r7.com/minas-gerais/fotos/cachaca-mineira-e-escolhida-a-melhor-do-brasil-confirma-o-ranking-24082019#!foto/1>
- Minas Lovers. (2019, dezembro, 11). Por que as cachaças mineiras são tão diferentes? Recuperado em 15 julho, 2020, de <https://minaslovers.com.br/blog/artigo/por-que-as-cachacas-mineiras-sao-diferentes>
- Morais, R. (2019). A interrupção da informalidade no campo da cachaça de alambique: uma análise sob a ótica do trabalho institucional de participantes de uma associação. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.
- Ollivier, M. (2009). Status em sociedades pós-modernas: a renovação de um conceito. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 77, 41-71.
- Paiva, A. (2017). *Lógicas institucionais e estratégia como prática: um estudo em organizações constitutivas do campo da cachaça de alambique*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.
- Piazza, A., & Castellucci, F. (2014). Status in organization and management theory. *Journal of Management*, 40(1), 287-315.
- Podolny, J. (1993). A status-based model of market competition. *American Journal of Sociology*, 52, 370-379.
- Powell, K., Takahashi, H., & Roehl, T. (2017). Status and international alliance formation. *Multinational Business Review*, 25(2), 110-127.
- Rocha, E. (2017). Riqueza e status entre mulheres negras no Brasil. *Sociedade e Estado*, 32(1), 217-244.
- Rossoni, L., & Guarido Filho, E. (2015). O que faz um nome? Status, conselho de administração e características organizacionais como antecedentes da reputação corporativa. *Revista de Administração*, 50(3), 292-309.
- Sá-Silva, J., Almeida, C., & Guindani, J. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15.
- Salata, A. (2016). Uma nova abordagem empírica para a hierarquia de status no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(92), 1-21.

- Santos, F. (2005, Junho, 6). *Cachaça terá selo de certificação federal*. Recuperado em 13 junho, 2020, de https://sisindi.indi.mg.gov.br/sistema_integrado/cake_1.1.15.5144/index.php/pqi/pqi_noticias/view_externa/3233
- Saxton, M., & Saxton, T. (2011). Venture launch and growth as a status-building process. In J. Pearce (Ed.). *Status in management and organizations* (pp. 191-212). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Sasaki, I., Ravasi, D., & Micellota, E. (2019). Family firms as institutions: cultural reproduction and status maintenance among multi-centenary chinese in Kyoto. *Organization Studies*, 40(6), 793-831.
- Schatzki, T. R., Cetina, K., & Savigny, E. (2001). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge.
- Scott, W. (2008). *Institutions and organizations: ideas, interests and identities*. Sage Publications: Stanford University.
- Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. (2009, julho, 16). *Cresce número de cachaças artesanais em MG*. Recuperado em 22 junho, 2020, de <http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/ajuda/story/897-cresce-numero-de-cachacas-artesanais-certificadas-em-minas-gerais>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2019). *A cachaça de Alambique: um estudo sobre hábitos de consumo em Goiânia*. SEBRAE/GOIÁS.
- Silva, R. (2009). *Na embriaguez da cachaça: produção, imaginário e marketing*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Skvoretz, J., & Fararo, T. (2016). Status and interaction: a stochastic model for the measurement of macro-status value and the determination of micro-status ranking in task group interaction. *Socius: Sociological Research for a Dynamic World*, 2, 1-16.
- Souza, B. (2018). *Padronização e certificação da cachaça de alambique mineira: um estudo sob a perspectiva da análise de discurso crítica*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.
- Stake, R. (2008). Qualitative Case studies. In K. Denzin & Y. S. Lincoln. *Strategies of Qualitative Inquiry* (pp. 119-150). California, CA: Sage Publications.
- Sundermann, J. (2018). *Estratégia como prática, lógicas institucionais e discurso: um estudo em organizações produtoras de cachaça artesanal de Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.
- Vilela, E. (2011). Sírios e libaneses: redes sociais, coesão e posição de status. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(76), 157-176.
- Wang, P., & Jensen, M. (2018). A Bridge Too Far: Divestiture as a Strategic Reaction to Status Inconsistency. *Management Science*, 65(2), 859-878.
- Weber, M. (1978). *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Berkeley: University of California Press.
- Wouter C., Kristy., S., & Koen F. (2019) Collective institutional work: the case of Airbnb in Amsterdam, London and New York. *Industry and Innovation*, 26(8), 898-919.
- Zara, A., & Delacour, H. (2020, September). On the fluidity of institutional change: complex interrelations between multiple types of institutional work during the Serbian Transition. *Journal of Management Inquiry* (Pre-print).

Zarpelon, F., Bittencourt, A., Faccin, K., & Balestrin, A. (2019). Uma década de trabalho institucional: contexto e oportunidades de pesquisa. *Organizações & Sociedade*, 26 (91), 750-775.

Zietsma, C., & Lawrence, T. B. (2010). Institutional work in the transformation of an organizational field: the interplay of boundary work and practice work. *Administrative Science Quarterly*, 55(2), 189-221.

Zvolska, L., Palgan, Y., & Mont, O. (2019). How do sharing organisations create and disrupt institutions? Towards a framework for institutional work in the sharing economy. *Journal of Cleaner Production*, 219, 667-676.